



Anais da Assembléia

N.º 137

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1984 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Delicati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO -- Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Sob o n.º 283/84, do Senhor Governador do Estado, solicitando: medidas constantes das Mensagens n.ºs 175/84 e 281/84, sejam incluídas no rol das matérias para apreciação no atual período de convocação extraordinária desta Augusta Casa de Leis. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 282/84

Curitiba, 06 de dezembro de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição

Estadual, autorização para me afastar do País, de 15 a 21 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de celebrar contrato de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, na forma da Lei n.º 7910, de 27 de setembro de 1984.

Outrossim, solicito as providências que se fizerem cabíveis para que a autorização de atastamento do País, objeto da Mensagem n.º 258/84 e que foi concedida por essa Augusta Casa de Leis, conforme comunicação feita através do Ofício n.º 7032/84, dessa Presidência, seja transferida para a data de 9 de janeiro próximo.

Ponderando no sentido de que as solicitações ora formuladas sejam apreciadas no atual período de convocação extraordinária desse Legislativo, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 286/84

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar providências de Vossa Excelência no sentido de que a medida constante da Mensagem n.º 237/84, seja incluída no rol das matérias para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 287/84

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a tabela de taxas, que se refere o art. 2º (itens 9.1, 13 e 14, do Anexo I), da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983.

A tabela em epígrafe refere-se às taxas de serviços cobrados pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, e as alterações ora propostas a essa Augusta Casa de Leis objetivam alterar aquelas taxas no que respeita aos itens 9.1 - transferência de propriedades de veículos; 13 - serviços de guinchamento; 14 - taxa de expediente. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, examinando preliminarmente o assunto, esclarece que as alterações pretendidas virão estabelecer valores diferenciados para taxas de transferência de propriedade de veículos, serviços de guinchamento e taxas de expediente, com

índices menores para veículos
antigos e de menor potência e tamanho.

Outrossim, dada a relevância da matéria,
solicito sua inclusão no rol daqueles que serão
apreciadas no atual período da convocação extraordinária
dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposição merecerá dessa
Colenda Casa o necessário apoio e consequente
aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus
protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 318/84

Art. 1º - A tabela de taxas a que se refere

o artigo 25 (itens 9.1, 13 e 14, do Anexo I), da
Lei nº 7.811 de 29 de dezembro de 1983, passa,
a partir de 1º de janeiro de 1985, a vigorar com
as alterações constantes dos anexos I, II e III desta
Lei.

§ 1º - As taxas de serviço a que se referem
os anexos II e III, deverão ser recolhidas diretamente
ao DETRAN e se constituirão em receita própria
da autarquia.

§ 2º - Para a transferência de propriedade
de veículo fabricados no ano de 1985, serão aplicadas
as mesmas taxas previstas para os veículos fabricados
no ano de 1984.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

ANEXO I

9- Veículos:

9.1. Transferência de Propriedade

Valores em % do MVR

ESTRANGE IRA

[illegible]

Curitiba, 12 de dezembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera em Cr\$ 2.305.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões de cruzeiros), o atual orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

O Crédito mencionado servirá para complementar recursos para dragagem de manutenção da Barra da Galheta e da Bacia de Evolução, sendo alocada na seguinte dotação:

9400.16905652.926, subelemento 3.1.3.2., tendo por cobertura recursos da própria entidade, segundo o que estabelece o item II, do § 1.º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Outrossim, dada a relevância da matéria, solicito sua inclusão no rol daqueles que serão apreciados no atual período da convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Contando com a deferência dessa Colenda Casa, no sentido de obter rápida tramitação e aprovação do presente anteprojeto, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e apreço.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.305.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões de cruzeiros), alterando o orçamento vigente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 2.º - Servirão para compensação do Crédito de que trata o artigo anterior, recursos da própria entidade, em conformidade com o que perçoitua o item II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam dispensados de redação final do Projetos de Reolução nºs: 176, 177, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data, aprovados em terceira discussão, de vez que não sofreram emenda.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

e ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

ANEXO II

13 - Serviço de Guinchamento

Valores em % do MVR

TIPOS	%
13.1. Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta e Triciclo	37,5%
13.2. Automóvel, Buggy e Camioneta	50,0%
13.3. Furgão, Jipe e Pick-up	50,0%
13.4. Microônibus e Ônibus	75,5%
13.5. Caminhão e Cavallo Mecânico	75,0%

ANEXO III

14 - Taxa de Expediente

Valores em % do MVR

TIPOS	%
14.1. Vistoria	10%
14.2. Lacre	10%
14.3. Licença de parabrisa (por dia)	10%
14.4. Fotocópia autenticada	10%
14.5. Levantamento de acidentes	10%
14.6. Averbação ou registro de C.N.H.	20%
14.7. Certidão Negativa de C.N.H. (INPS, emprego, cópia de PGU)	20%
14.8. Expedição ou baixa de ficha matrícula	10%
14.9. Certidão Negativa de multa	30%
14.10. Certidão de Propriedade de Veículo	20%
14.11. Serviço de emplacamento em revenda, empresas e outros (placa de experiência, guinchos privados, oficinas autorizadas para remarcação e regravação de chassi, oficinas autorizadas para conversão de motores, estabelecimentos autorizados à comercializar com veículos irrecuperáveis, estabelecimentos autorizados à comercializar peças básicas - motor e chassi).	20%
14.12. Estada (por dia):	
14.12.1. Ciclomotor, Motocicleta, motoneta e Triciclo	7,5%
14.12.2. Automóvel, Buggy e Camioneta	10%
14.12.3. Furgão, Jipe e Pick-up	10%
14.12.4. Microônibus e Ônibus	15%
14.12.5. Caminhão e Cavallo Mecânico	15%

A Diretoria Legislativa

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam dispensados de redação final e Projetos de Lei n.º 269, 298, 299, 309, 310, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 364, todos de 1984, aprovados em terceira discussão, de vez que não sofreram emenda.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO
e ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações pela nomeação do Doutor Signey D. Zappa, para o cargo de Desembargador junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado através de ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Tal nomeação vem de enaltecer a justiça paranaense, tendo em vista os dotes morais e intelectuais do eminente jurista Doutor Sidney Zappa.

Lapeano de nascimento, através de suas atitudes e do seu profícuo trabalho junto à justiça do nosso Estado, tal nomeação se reveste de júbilo para o Paraná.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Egrégio Tribunal de Justiça e ao homenageado.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações, consignados em ata dos trabalhos de hoje, à Boa Esperança, pela comemoração, no dia de amanhã, dos seus 20 anos de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Celso Buscariol, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Veradores Adolfo Edvaldo Valesi e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações partidárias existentes na cidade.

Boa Esperança foi criado de acordo com a Lei de n.º 4.844, no dia 6 de março de 1964, acontecendo sua instalação no dia 14 de dezembro de 1964.

A partir daí, deste período que foi sem dúvida extremamente histórico e importante, Boa Esperança passou a trilhar sozinha seu próprio desenvolvimento, ante à sua autonomia política e administrativa.

Nos dias de hoje, sem dúvida alguma que Boa Esperança representa muito em termos de desenvolvimentos regionais, onde seu processo desenvolvimento, tem se destacado enormemente.

Não poderia, através do presente requerimento, deixar de reconhecer a labuta do povo de Boa Esperança, que vem, a cada dia acelerando o desenvolvimento daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações à Juranda pela comemoração que será no próximo dia 16, do seu 3.º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Diemes Amadei, ao Excelentíssimo Senhor João Calixto O. Neto e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Diretórios dos Partidos existentes na cidade.

Não poderia deixar de solicitar o devido e justo registro nos anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações à Juranda, que apesar de bastante jovem, através de sua população, não tem medido esforços para assegurar o seu pleno e maior desenvolvimento, sendo tal fator que determinou sua emancipação.

Criada pela Lei de n.º 7.549, no dia 16 de dezembro de 1981, teve sua instalação ocorrida no dia 1.º de fevereiro de 1983, tendo sido empossado seu primeiro Prefeito Municipal, que é o atual, eleito.

Sua atividade que dá sustentação sócio-econômica é a agricultura, onde Juranda tem se destacado na produção de basicamente dois cultivos, a soja e o trigo, contribuindo decisivamente na economia do Estado do Paraná, e de modo especial na região onde está localizada, que é a Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à Quinta do Sol pela comemoração que ocorrerá no dia de amanhã, dos seus 20 anos de emancipação político-administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Solange Marques, Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Helmut Etgton, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, e aos Excelentíssimos Senhores Presidentes dos Diretórios dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Criada de acordo com a Lei n.º 4.788 do dia 29 de novembro de 1963, Quinta do Sol, teve a instalação do seu imóvel municipal ocorrida no ano seguinte, 1964, no dia 14 de dezembro, sendo que, na mesma oportunidade era então empossado o Excelentíssimo Senhor Osvaldo Silva, como primeiro Prefeito, eleito.

Sem dúvida alguma que Quinta do Sol desde então já apresentava um desenvolvimento bastante acentuado, graças especialmente a labuta de sua gente.

Numa área total de 323,893 Km², Quinta do Sol se caracteriza pela produção de vários cultivos, como a soja, o milho, o trigo e o arroz, além das atividades relacionadas à pecuária.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações a Peabiru pela comemoração, que ocorrerá no dia de amanhã, dos seus 32 anos de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Nelson Proença, ao Excelentíssimo Senhor Olávio Silveira da Silva - Presidente da Câmara dos Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

Sem dúvida alguma que o Município de Peabiru representa uma expressiva parcela no processo desenvolvimentista do Estado do Paraná, especialmente com relação a região onde está situado, que é a Centro-Oeste.

Nos dias de hoje, Peabiru a cada momento amplia suas bases de crescimento, graças ao seu povo trabalhador, que seguramente erdou dos seus pioneiros a mesma ação pioneiríssima e destemida que aliás sempre marcou todo o aspecto evolutivo daquele município.

Ao completar 32 anos de emancipação política e administrativa, não poderia deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais desta Assembléia Legislativa, como forma de especialmente homenagear seus fundadores: José Rios, José Silvério, Dona Candinha Alves, Vinício Vechi, Armindo Sartorelli, Ernesto Mateus, Narciso Simão, Alfredo Ferreira, Emídio Bueno, José Couto Costa, Domingos Camargo Ribas e o Doutor Daniel Portella.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais desta Casa de VOTO DE LOUVOR à equipe de jornalismo do diário "CORREIO DE NOTÍCIAS", com envio de cópia ao Excelentíssimo Senhor CEI SO F. HILGERT, Diretor Presidente do órgão.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

À véspera de completar seu primeiro ano de retorno, pode-se mesmo afirmar que sua volta foi em grande estilo. Profundamente vinculado aos movimentos populares e democráticos, o jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS" notabiliza-se crescentemente por seus compromissos e encaminhamento em favor das grandes causas paranistas. Assim procede na luta pelos royalties da ITAIPU Binacional, pelo monopólio do xisto da formação de Irati, contra a privatização e federalização do Porto de Paranaguá, pela apuração e punição dos responsáveis por crimes de corrupção, entre outras.

Coerente ao espírito de autonomia e independência do jornalismo autêntico e engajado, segue o conjunto da Nação no apoio à candidatura única das oposições e no prestigiamento das iniciativas democráticas do Governo JOSÉ RICHÁ.

Ademais, através da edição de suplementos de caráter regional, vai às raízes da formação cultural

e histórica de nosso povo, especialmente dos concidadãos do Oeste e Sudoeste do Paraná. Integrando o Estado naquilo que de melhor produz, o jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS" firma-se na opinião pública como instrumento de comunicação social do mais alto respeito e gabarito.

E nesta hora grave para a Nação, a exigir posicionamentos lúcidos e corajosos, não poderia deixar esta Assembléia Legislativa de louvar e estimular atuação tão digna e promissora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, solicitando a instalação de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual na Rodovia PR - 488, que liga a BR - 277 à Santa Helena, na altura do quilômetro oito.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A PR - 488, lamentavelmente, está servindo a que marginais dela se utilizem para deslocamento de veículos roubados com destino ao Paraguai, desviando-se do posto da polícia Rodoviária Federal instalado em Foz do Iguaçu. A proposta de situação no quilômetro oito, no Município de Vera Cruz do Oeste, está afeta à facilidade de fornecimento de energia elétrica, bem como sua posição topográfica, altamente favorável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do anexo artigo de autoria do nosso REGINALDO FANCKIN, intitulado "QUEM GUARDA O GUARDA" e publicado no prestigioso jornal "O Estado do Paraná" de 02 de dezembro corrente.

Este pedido decorre da importância da abordagem de um tema dos mais delicados, no sistema institucional vigente, e da forma como FANCKIN o focaliza. Através de sua visão crítica, realista e independente, das instituições, o autor da matéria em causa deixa entrever, com rara felicidade, que o formalismo bacharelesco não se compadece com o regime democrático onde as autoridades legítimas devem assumir corajosamente as responsabilidades decisórias. E que, mais importante do que os "contrapesos", é o julgamento do grande Tribunal do Povo, nas urnas livres e periodicamente abertas.

E porque julgo relevante mais essa contribuição prestada por Reginaldo Fanckin ao debate e ao questionamento de nossa organização política, tenho como certa a pretendida inscrição.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Pela expressão de incerteza, angústia e insegurança estampada nos semblantes de 400 (quatrocentos) descendentes de imigrantes poloneses que há mais de 100 (cem) anos radicaram-se em Araucária, é muito fácil avaliar o preço a ser pago por mais uma inundação em nosso Estado. Sabem eles que as águas do Passaúna cobrirão suas lavouras por inteiro, mas acima de tudo, o preço cobrado e que lhes dói no peito é que, com as águas do Passaúna, ficarão encharcados para sempre muito de si próprios, dos seus pais e avós que há mais de um século ali chegaram arrebatados pela esperança, corajosos, robustos, herdeiros todos eles de uma cultura milenar. É por esta razão que nos sensibilizou a visita de uma comissão de representantes da colônia polonesa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, será que valeu mesmo a pena a corrida do Sr. Cecílio do Rego Almeida, que se transformou em algoz de uma colonização e uma cultura, quando sob o beneplácito tacito do ex-Governador Ney Braga, forjou a súbita "necessidade" de condenar nossos ingênuos e leais descendentes da velha Polônia a se converterem em novéis retirantes de mais uma inundação?

Neste Natal, os colonos poloneses de Araucária sofrem no peito a dor imensa de nem ao menos terem sido reconhecidos em sua identidade plena, quando friamente tracam os destinos de afogamento de suas terras. E embora eles mesmos estejam contando com o heroísmo genuinamente espetacular da SUREHMA, empenhada que está em realizar todos os esforços para aprimorar a dor de centenas de agricultores ante uma situação que veio a explodir como fato consumado nas mãos do Governo Democrático do PMDB, os colonos poloneses sabem que para a preservação de suas terras, a chegada de José Richa ao Palácio do Iguaçu também aconteceu tarde demais. Apesar de tudo, têm eles um pedido especial a endereçar ao Governador do Paraná neste Natal. É que agora, silenciados e banidos por uma violência desnecessária e articulada em nome do "progresso", que ao menos não lhes exijam o preço da extinção de seus valores culturais e cuidadosamente preservados em pouco mais de um século no Paraná. Eles precisam de terras, sim, para substituir as suas, ora às vésperas da inundação, mas que por favor, que lhes assegurem como resposta, ao menos o direito de migrarem para uma área comum, onde haja espaço uniforme para toda a atual comunidade polonesa, que expulsa de suas terras haverá de ser pelas águas do Passaúna. Não querem eles deixar a cidade de Araucária que aprenderam a amar. E é por isso, que não é de forma alguma pedir demais: o direito de continuarem juntos, pois uma dispersão dos colonos para rincões distantes entre si, haveria de trazer como preço inevitável a morte de uma cultura e o inestimável valor de uma tradição... e este preço da barragem do Passaúna seria alto demais. Neste caso, as águas do Passaúna, além do preço desumano que já está sendo cobrado dos filhos da distante Polônia, passariam então a espelhar... como a morte dos valores culturais de todos eles, um pouco do fim dos imigrantes poloneses que para cá vieram."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito no Grande Expediente.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. (Lê):

"O Brasil vive hora complexa, dramática, castigado pela inflação, pela recessão, pela dívida interna e vítima da dívida externa que o preocupa e empobrece. Mas não há razão para desespero. As dificuldades, na vida dos homens e dos países, não são, necessariamente, apocalípticas. É preciso conhecer, global e objetivamente, a conjuntura difícil, adversa, conhecimento que leva ao estudo da própria estrutura econômica, social e política do nosso País."

É evidentemente que houve nos últimos anos um desenvolvimento nacional, embora este desenvolvimento não beneficie, proporcional e devidamente, todas as pessoas, classes e regiões. Conhecidos desníveis regionais e salariais conspiram contra a economia e o bom funcionamento do regime democrático.

Temos urgentemente que reconhecer que o mercado interno é o alicerce maior da nacionalidade. Mercado que não é só demanda, expansão do poder aquisitivo, mas também saúde, educação, casa própria, conforto. A exportação necessária, produtiva, tão útil quanto imperiosa, antes de ser política dirigida, é ou deve ser produto do enriquecimento interno, quantitativa e qualitativamente significativo. Ter-se-á, do contrário, uma exportação de alto custo social, pouco durável, de menor importância. Vale lembrar que dos quase 2 milhões de empresas existentes no Brasil, menos de 200 delas respondem por 75 % das exportações.

O Brasil não é o consumo do dia, mas expansão constante. Exportar para pagar dívida não é o destino de nenhuma nação. Não se justifica, tampouco, a condenação unilateral da atual ordem econômica e financeira internacional. É preciso encontrar novos caminhos. E é no âmbito doméstico que cada nação deve iniciar o tratamento contra a sangria de divisas que provocam a hemorragia cambial.

Não é menos preocupante, do mesmo modo, a atual política tributária, que atrita a União, os Estados e os Municípios, estimulando a concentração de renda e que dificulta ou impede, nacionalmente, a plena expansão das forças produtivas. É realmente incômodo, inaceitável, o fato do Governo Federal canalizar para o município menos de 6% e reter, centralizador e guloso, mais da metade da totalidade dos tributos arrecadados.

Em toda parte se afirma que o município é a célula fundamental de uma nação. E acreditamos que realmente seja. Mas o que se ouve dizer é que a grande maioria dos municípios brasileiros estão em situação de insolvência e caminham para a falência. Então é hora de rever o que vem sendo feito em nosso País em relação aos municípios.

Os municípios precisam, em primeiro lugar, de um bom prefeito. E quem sabe escolher um bom prefeito é a população local. Portanto, por ordem de prioridade, inicialmente deve-se receitar eleição direta para todos os municípios. Em seguida uma ampla reforma tributária. Ou se implanta tal reforma, assegurando-se os recursos necessários para a ação municipal voltada para a melhoria das condições de vida dos segmentos menos favorecidos da população brasileira ou os bolsões de pobreza e de tensão social se ampliarão perigosamente.

É sabido que as Prefeituras são os órgãos públicos mais perto dos problemas sociais e, paradoxalmente, com menores recursos financeiros para atendê-los. O prefeito, mais ainda nas cidades menores, vê-se

frequentemente obrigado a substituir o atendimento de um pedido por um penoso serviço pessoal de mediação a população necessitada as autoridades do Estado ou da União.

Um reforma tributária é importante e necessária. Mas importante também é verificar quem cede, quem paga mais, numa nova conceituação tributária em nosso País. Aliás, o Brasil vive em constante mutação das normas arrecadadas, diminuindo cada vez mais do contribuinte o que os economistas constumam chamar de renda disponível.

A reforma tributária terá que vir com uma reforma da própria Constituição, talvez até mesmo com uma nova Constituição, onde o capítulo de tributos mantenha coerência com todo o corpo de matéria constitucional.

Ao se mencionar o tema reforma tributária deve-se obrigatoriamente fazer referência à Emenda Passos Porto. Independentemente dos resultados financeiros alcançados, que não são, porém, nada desprezíveis, devemos saudar a Emenda Passos Porto como uma autêntica vitória da classe política. Foi através desta emenda que pela primeira vez nos últimos anos, a vontade nacional (representada pelos parlamentares de todos os partidos, motivados pela firme convicção dos municipalistas brasileiros) conseguiu sobrepor-se à orientação fria dos tecnocratas do Planalto Central. Em matéria econômico-financeira, de iniciativa do Legislativo, a Emenda Passos Porto é a primeira aprovada nos últimos dezanove anos.

Os resultados concretos em termos de mudanças proporcionadas por esta emenda, embora como já o dissemos, não sejam tão pequenos, por certo não excedem a importância da medida como fato político. O que se notou foi que as lideranças municipais impuseram-se de forma efetiva, deslocando as decisões de silenciosos gabinetes para o saudável e efervescente palco da participação. O Congresso Nacional fortaleceu-se e recebeu o reconhecimento da Nação. Ganham os Estados e Municípios. Ganham os congressistas de todos os partidos, sem os quais a vitória não seria possível.

Fica a lembrança. Esta agradável lembrança a indicar o caminho de uma vitória mais ampla, que será a redenção de nossas municipalidades. Vitória que não foi de partidos, mas dos políticos. E sendo aos políticos, certamente foi uma vitória do povo.

Ao falarmos sobre reforma tributária temos que partir de certas premissas. Quem deve ser o forte? Os Estados? Os Municípios? A resposta deveria ser: ninguém. Advogamos um equilíbrio de receitas pela definição clara do que deve competir a cada uma destas unidades administrativas.

Há que se levar em conta que sob o ponto de vista de ocupação geográfica territorial, tudo que existe no território brasileiro está sob a jurisdição dos Municípios. A União, com exceção dos Territórios federais, e do Distrito Federal, não governa diretamente nenhuma parte do território. O mesmo pode se dizer dos Estados, pois não há porção do território estadual sob o comando dos Governadores. Tudo está sob a jurisdição dos Prefeitos e os Municípios são autônomos. O que cabe então à União e aos Estados executarem? Parece-nos que por aqui deve começar o estudo sobre reforma tributária.

Devemos propor uma reforma tributária descentralizadora. A União que caiba a tarefa de planejar e controlar. Aos Estados e Municípios a tarefa de executar.

Qual seria o resultado desta nova distribuição de encargos administrativos constitucionais? É evidente que o fortalecimento dos Estados e Municípios trará reflexos imediatos sobre toda a Federação. O Estado moderno é um forte incentivador de atividades, pela aplicação dos impostos, máxime sua distribuição equitativa sobre todo o território nacional. O fortalecimento dos Estados e Municípios gerará empregos não só quantitativamente como qualitativamente. Este é o caminho, pois sabemos que todas as tentativas de planejamento centralizador têm falhado no propósito de diminuir os desníveis regionais. E não é para menos. Afinal, não é o distante governo central, mas as próprias comunidades que sabem o que lhes convém.

É de se notar que no Brasil, ultimamente, tem-se notado uma maior defesa das comunidades por seus integrantes. É necessário que isto seja estimulado. As diversas manifestações de defesa da ecologia, por exemplo, são indícios mais que evidentes da mudança de mentalidade. E não temos dúvida de que uma correta distribuição tributária entre União, Estados e Municípios ensejará um rápido desenvolvimento, não só no campo econômico, mas também no político e social.

Em termos econômicos porque os polos de desenvolvimento se distribuirão por todo o território nacional. As fontes geradoras de riquezas não se localizarão apenas em determinados Estados. Isto trará evidentemente no nosso desenvolvimento social. As migrações regionais, que são causadas pelos desníveis regionais, seriam praticamente eliminadas.

Os polos educacionais fixados em diferentes regiões do País, que a melhor receita dos Estados permitirá criar, trariam inegáveis benefícios para a fixação dos talentos em suas próprias regiões de origem.

O Brasil é um verdadeiro continente e assim deve ser tratado. As diferentes manifestações de cultura regional devem ser estimuladas.

No campo político, a independência dos Estados e Municípios será salutar para a formação dos líderes, que irão conduzir os destinos do País.

O Município é e deve ser sempre o cerne, o núcleo onde as vocações irão surgindo e se encaminhando e suas carreiras alicerçadas solidamente em comunidades bem constituídas, política, administrativa e financeiramente independentes.

Já é hora. Aliás, parece que agora é a hora de se propor um novo Brasil. E um dos primeiros passos seria uma reforma tributária verdadeira.

Uma reforma tributária que crie mecanismos eficazes de redistribuição de tributos sem aumento da carga fiscal do contribuinte. Que, antes de mais nada reconceitue o tributo como uma consequência da atividade econômica, do aumento da produção e do aumento da riqueza nacional.

Uma reforma tributária sem fórmulas mágicas. Que seja simples de tal forma que promova a produção e não iniba o setor privado nacional. E que acabe com um novo conceito que foi criado neste País: o da insegurança fiscal do contribuinte brasileiro. E esta insegurança fiscal pode ser explicada pela sempre presente capacidade da União de tirar mais recursos do contribuinte através de modificações na Legislação Fiscal.

O contribuinte brasileiro vive à vespera de um aumento de imposto. Vive na expectativa sombria de ter que arcar com as dívidas e os déficits do Governo. Convive com o achatamento salarial e recebe um susto

com o Imposto de Renda. E não pode continuar assim. Afinal é o trabalhador brasileiro que tem que tirar o País da crise em que foi mergulhado pela incompetência de seus governantes. E para ajudar o País a sair da crise, o brasileiro tem que ter tranqüilidade para trabalhar, tranqüilidade para criar e tranqüilidade para produzir.

Voltaremos a este assunto. Ele é importante demais para o Brasil e para os brasileiros. Reforma tributária agora para um novo Brasil amanhã”

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença dos Deputados Federais Luís Henrique, de Santa Catarina e Samir Uchôa, de São Paulo.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe é reservado. (Declina).

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do espaço que lhe é reservado. (declina). Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei nº 312/84, (Mensagem nº 233/84), que altera o orçamento da Secretaria dos Transportes, cujos recursos adicionais terão como objetivo dar suporte ao Programa de Ação Municipal-PRAM e ao Programa Rodoviário BID II, conforme especifica.
Aprovado.

3ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 269/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 209/84), que altera o orçamento vigente da IAPAR, pela transposição de Cr\$ 872.574.000 (oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil cruzeiros) da fonte de receitas 81 — Convênios com Órgãos Federais, para a fonte 90 — Receitas Diversas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 98/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 219/84), que altera o vigente orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob supervisão da Secretaria do Planejamento, até o limite de Cr\$ 26.000.000.000 (vinte e seis bilhões de cruzeiros), destinados a atender o Programa de Ação Municipal — PRAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 299/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 218/84), que altera o orçamento da FIDEPAR, através de um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 1.953.258.000 (um bilhão, novecentos e cinquenta e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinados a reforçar o orçamento da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 309/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (mensagem nº 227/84), que altera o vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR, em até Cr\$ 1.195.821.000 (um bilhão, cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil cruzeiros), com finalidade de completar recursos para dar continuidade aos Programas de trabalho da Entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 310/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 228/84), que altera o vigente orçamento da CLASPAR em até Cr\$ 1.898.531.000 (um bilhão, oitocentos e noventa e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil cruzeiros), para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 336/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 250/84), que altera os percentuais relativos aos limites para abertura de créditos adicionais para a administração direta e indireta fixados na Lei nº 7.772, de 13.12.83, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para 1984, de 15% para 30%. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 337/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 249/84), que altera o orçamento da Biblioteca Pública do Paraná, até o limite de Cr\$ 27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com serviços de terceiros e encargos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 338/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 239/84), que visa obter autorização para abertura de Crédito Adicional no valor de Cr\$ 2.556.000.000 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões de cruzeiros), alterando o orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado das Finanças, destinado atender despesas até o final do exercício, com Pasp. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 340/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 248/84), que altera o orçamento vigente da Fundação Teatro Guaíra-FTG, pela transposição de Cr\$ 137.000.000 (cento e trinta e sete milhões de cruzeiros) da Fonte de Receita 81 — Convênio com Órgãos Federais, para a Fonte 40 — Diretamente Arrecadada, para fins que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 341/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 251/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 32.000.000 (trinta e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA, com objetivo que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 342/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 252/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento atual do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES — Fundação Edison Vieira, até o valor de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 343/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 253/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$... 158.000.000 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 344/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 254/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$... 4.470.000.000 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, destinado a dar continuidade aos Trabalhos de Operação Portuária. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 345/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 257/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$... 652.000.000 (seiscentos e cinquenta e dois milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura, destinado a despesas com pessoal via convênios. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 346/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 256/84), que abre Crédito Suplementar ao Orçamento Atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, no valor de Cr\$ 1.240.000.000 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões de cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 347/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 255/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$... 3.964.551.000 (três bilhões, novecentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 349/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 259/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$... 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e até o valor de Cr\$ 9.552.000 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Colégio Estadual do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. —

Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 350/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 260/84), que abre Crédito Suplementar de Cr\$ 230.000.000 (duzentos e trinta milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da PARANATUR, cujos recursos serão destinados a atender despesas com manutenção de equipamentos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 351/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 261/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 20.299.795.000 (vinte bilhões, duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, objetivando completar recursos insuficientemente dotados, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 364/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 274/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$... 136.500.000 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa e até o valor de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 176/84 (Mensagem n.º 163/84 — ex-Proposição n.º 174/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio n.º 23/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Jundiá do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 177/84 (Mensagem n.º 188/84 — ex-Proposição n.º 179/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com Programa de Ação Municipal — PRAM. **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 178/84 (Mensagem n.º 186/84 — ex-Proposição n.º 184/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6.º Termo Aditivo de 19.07.84, ao Convênio celebrado em 20.03.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades de defesa Sanitária Animal, principalmente ao controle e combate da peste suína e doença das Aves. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 179/84, (Mensagem n.º 174/84 – ex-Proposição n.º 177/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de União da Vitória, Umuarama, Francisco Beltrão e Contenda, para os fins que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 180/84, (Mensagem n.º 214/84 – ex-Proposição n.º 202/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 02.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e Municípios que especifica, objetivando execução de obras de construção e ou reformas de Centros de Saúde nos Municípios signatários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 183/84, (Mensagem n.º 212/84 – ex-Proposição n.º 199/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 31.08.84, através da Secretaria do Planejamento, dos Transportes e do DER, e a SUDESUL, objetivando execução de obras de recomposição do sistema viário na área impactada pela formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 184/84, (Mensagem n.º 196/84 – ex-Proposição n.º 192/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pérola, objetivando execução de obras para recuperação de estradas, no referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 185/84, (Mensagem n.º 201/84 – ex-Proposição n.º 188/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.08.84 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Campo Largo, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras de pavimentação de vias públicas no referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 186/84, (Mensagem n.º 215/84 – ex-Proposição n.º 200/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Contrato de Colaboração Financeira não reembolsável, de 21.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e o BNDES, com interveniência do Ministério da Saúde, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º

187/84, (Mensagem n.º 199/84 – ex-Proposição n.º 194/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 188/84, (Mensagem n.º 194/84 – ex-Proposição n.º 196/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos Municípios signatários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 189/84, (Mensagem n.º 202/84 – ex-Proposição n.º 189/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Jesuítas, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana naquele Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 190/84, (Mensagem n.º 213/84 – ex-Proposição n.º 201/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 27.09.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Santa Terezinha de Itaipu, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, no referido Município. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 191/84, (Mensagem n.º 195/84 – ex-Proposição 191/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 29.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretariado Planejamento e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA”. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 192/84, (Mensagem n.º 206/84 – ex-Proposição n.º 197/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 16.08.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaraniaçu e Assaí, objetivando execução de obras de reforma nos terminais rodoviários da sede dos referidos Municípios. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 193/84, (Mensagem n.º 200/84 – ex-Proposição n.º 195/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 03.07.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 196/84, (Mensagem n.º 216/84 – ex-Proposição n.º 212/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16.08.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta, com vistas à execução de obras integrantes do Projeto Prosafra. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 197/84, (Mensagem n.º 217/84 – ex-Proposição n.º 213/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 21.08.84, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Articulação com Estados e Municípios - SAREM, órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e CNPq, com vistas a execução de Projetos no âmbito do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 198/84, (Mensagem n.º 220/84 – ex-Proposição n.º 214/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.º Termo Aditivo de 18.09.84, celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, da SUDESUL e da Secretaria do Planejamento, visando preparação do subprojeto Aglomerado Urbano de Londrina/Maringá e do Projeto Especial de Cidades de Porte Médio. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 199/84, (Mensagem n.º 198/84 – ex-Proposição n.º 190/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Jussara, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 201/84, (Mensagem n.º 221/84 – ex-Proposição n.º 215/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 03.10.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º

202/84, (Mensagem n.º 197/84 – ex-Proposição n.º 193/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios n.ºs 131/84 e 203/84 celebrados em 04 e 20 de julho de 1984, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Curiuva e Mallet, objetivando aplicação Financeira relacionadas com o PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 204/84, (Mensagem n.º 245/84 – ex-Proposição n.º 226/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 06.09.83, sob o n.º 71/83 e a SUDESUL, objetivando execução de obras em conformidade com o PRODOPAR. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 205/84, (Mensagem n.º 156/83 – ex-Proposição n.º 144/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Segundo Termo Aditivo de 27.10.83, ao Convênio n.º 22/82 de 18.11.82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Planejamento GEIPOT, para os objetivos que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 206/84, (Mensagem n.º 242/84 – ex-Proposição n.º 223/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério do Interior, com interveniência da SUDESUL, da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria do Planejamento, visando a preparação do Subprojeto aglomerado urbano Londrina e Maringá-METRONOR, do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 207/84, (Mensagem n.º 241/84 – ex-Proposição n.º 222/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e o Município de Mandirituba. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 208/84, (Mensagem n.º 244/84 – ex-Proposição n.º 225/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio entre o Estado do Paraná sob n.º SAREM/60/83, celebrado em 18.11.83 e a União, através da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Ministério das Minas e Energia, com interveniência do CNPQ, visando a implantação Modelo Energético Estadual. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 209/84, (Mensagem n.º 243/84 – ex-Proposição

nº 224/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Terceiro Termo Aditivo de 16.06.83, ao Convênio nº 81/80, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento, o Ministério do Interior, a SUDESUL, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A e o Município de Guaíra com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO Do Projeto de Resolução nº 210/84 (Mensagem nº 246/84 ex-Proposição nº 22/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Ajuste celebrado em 19.12.83 ao protocolo de intenções firmado em 26.11.82 entre Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SAREM, órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o CNPq, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 297/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 223/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 40.048.000 (quarenta milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), destinado a atender despesas com material de consumo e outros serviços e encargos do Tribunal de Alçada, até o final do corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 352/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 262/84), que abre Crédito Suplementar ao orçamento vigente da SESP, até o limite de Cr\$ 459.000.000 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) e Cr\$ 680.000.000 (seiscentos e oitenta milhões de cruzeiros) ao orçamento da Secretaria da Administração, especificamente no DEAM, alterando o valor da atividade compra e fornecimento de materiais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 353/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 263/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), alterando o vigente orçamento do Instituto de Tecnologia do Paraná TECPAR, com objetivo de cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 354/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 264/84), que abre Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 355/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº

265/84), que procede a compensação entre as fontes de recursos que custeiam a programação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, contida no Orçamento Geral do Estado e aprovado pelo decreto nº 2.408, de 30.12.83, no valor de Cr\$ 94.000.000 (noventa e quatro milhões de cruzeiros), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 356/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 266/84), que abre Créditos Suplementares até o valor de Cr\$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros), Cr\$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros) e Cr\$ 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros), alterando os orçamentos próprios atuais da Faculdade de Educação Musical do Paraná, da Fundação Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 357/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 267/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 675.075.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e setenta e cinco mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, destinado a atender despesas com pessoal e outras despesas correntes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 358/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 268/84), que abre Créditos Suplementares aos orçamentos das Secretarias de Estado da Justiça, até o valor de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) e da Administração até o valor de Cr\$ 260.000.000 (duzentos e sessenta milhões de cruzeiros), para atender à Secretaria de Estado da Justiça, através do DEAM. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 359/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 269/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 1.375.441.000 (um bilhão, trezentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e um mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 360/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 270/84), que abre Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 111.000.000 (cento e onze milhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 361/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 271/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, destinados a aquisição de uma área de 77 ha. em Cerro Azul, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 362/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 272/84), que abre Crédito Suplementar até o limite de Cr\$ 2.144.892.000 (dois bilhões, cento e quarenta e quatro milhões e oitocentos e noventa e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER/PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução n.º 211/84, (Mensagem n.º 222/84 — ex-Proposição n.º 216/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Tupãssi, objetivando o engajamento do Município signatário no Programa de Manejo Integrado dos Solos. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 313/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 234/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o valor de Cr\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas até o mês de dezembro, com juros, encargos e amortização da dívida pública interna e externa, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publicado no D.A., 12/11/84, mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 313/84.

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar a abertura de um crédito Adicional no valor que especifica no orçamento da Administração Geral do Estado — Recursos sob supervisão da Secretaria das Finanças, destinados a cobrir despesas com juros, encargos e amortização da dívida pública interna e externa.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, a matéria, quanto a sua iniciativa, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, legal e constitucionalmente a Proposição não encontra qualquer óbice que possa obstar a sua normal — tramitação por esta Casa, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 313/84

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o Orçamento da Administração Geral do Estado até o valor de Cr\$ 114.167.000.000 (cento e quatorze bilhões, cento e sessenta e sete milhões de cruzeiros).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 318/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 236/84), que altera o orçamento do Serviço da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), para atender despesas com pessoal, material de consumo e serviços de terceiros, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A., 122, de 19/11/84, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 318/84

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 236/84, o presente plano de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a abrir um Crédito Adicional no valor de Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros), alterando o orçamento vigente do Serviço da Loteria do Estado do Paraná.

Para cobertura do referido Crédito conforme especifica a justificativa em anexo, deverá sair recursos oriundos da própria entidade conforme § 1º, item II do Art. 43 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Analisando a legalidade e constitucionalidade da matéria, temos que a mesma cuja iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Razão pela qual nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 318/84

PARECER:

O Presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito adicional que especifica, visando alterar o orçamento vigente do Serviço da Loteria do Estado do Paraná, no valor de Cr\$ 690.000.000 (seiscentos e noventa milhões de cruzeiros).

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984 conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

QUIÊLSE CRISÓSTOMO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 371/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 279/84), que abre Crédito Suplementar ao orçamento atual da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, até o valor de Cr\$ 265.700.000 (duzentos e sessenta e cinco milhões e setecentos mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 135, 11/12/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 371/84

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à Sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

EZEQUIAS LOSSO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 371/84

PARECER ::

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 372/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 278/84), que abre Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 182.000.000 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 135, 11/12/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 372/84

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Fundação Instituto Agrônômico do Estado do Paraná — IAPAR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à Sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

CAÍTO QUINTANA — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 372/84

PARECER:

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Fundação Instituto Agrônômico do Estado do Paraná — IAPAR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

ANTÔNIO ANNIBELLI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 373/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 276/84), que abre Créditos Suplementares até o limite de Cr\$ 365.197.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, objetivando complementar recursos insuficientemente dotados,

conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 135, de 11/12/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 373/84

PARECER :

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o orçamento vigente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR, através da abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
HOMERO OGUIDO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 373/84

PARECER :

O presente projeto de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei nº 374/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 277/84), que abre Crédito Especial até o limite de Cr\$ 153.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER/PR., Projeto Assistência Técnica e Extensão Rural – PRORURAL, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 135, de 11/12/84, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 374/84

PARECER :

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar o

orçamento vigente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PR, através da Abertura de crédito suplementar no valor que especifica.

De acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, Sua Excelência o Senhor Governador do Estado esclarece as finalidades da medida proposta, com as quais estamos de pleno acordo.

Legal e constitucionalmente não há qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 374/84

PARECER :

O presente plano de lei originário de Mensagem Governamental tem por finalidade abrir crédito suplementar que especifica, visando alterar o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER/PR.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a medida aqui proposta encontra respaldo face à disponibilidade do erário público estadual no presente exercício financeiro de 1984, conforme esclarece a Mensagem Governamental de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado.

Nestas Condições opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei nº 376/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 281/84), que altera dispositivos da Lei nº 7047, de 21.11.78, Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 376/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA :

Art. 1º. O art. 1º, da Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:
“Art. 1º. O efetivo da Polícia Militar do Paraná é afixado em 16.790 policiais - militares”.

Art. 2º. Os anexos 1, 2 e 3, integrantes da Lei nº 7047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 7638, de 1º de setembro de 1982, nº 7815, de 28 de dezembro de 1983, nº 7882, de 27 de julho de 1984 e nº 7960, de 21 de novembro de 1984, passam a vigorar na forma dos anexos 1, 2 e 3 desta Lei.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/84

PARECER:

Originário de Mensagem Governamental o presente Projeto de Lei objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7047 de 21/11/78 – Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná.

De acordo com a detalhada exposição de motivos apresentada por sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem nº 281/84 – tal medida proposta visa atender parte do estudo global de aumento do efetivo da Polícia Militar do nosso Estado, em consonância com a capacidade de recrutamento e formação daquela corporação, e da Legislação Federal pertinente.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria não encontra qualquer óbice que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO – Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 376/84.

PARECER:

O projeto de lei em tela, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade alterar dispositivos da Lei nº 7047, de 21/11/78 – Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que a disponibilidade financeira do erário estadual prevê no orçamento-geral do Estado para o próximo exercício financeiro, os recursos para o atendimento na área de Segurança, que comportam o previsível no bojo do Plano de Lei ora em exame.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;
ANTÔNIO ANNIBELLI – Relator.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa de redação final aos Projetos de Lei nº 269, 298, 299, 309, 310, 336 a 338, 340 a 347, 349 a 351 e 364, todos do corrente ano, aprovados em terceira discussão, de vez que não sofreram emenda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando dispensa de redação final aos Projetos de Resolução nºs 176 a 180, 183 a 193, 196 a 199, 201, 202, 204 a 210, todos do corrente ano, constantes da Ordem do Dia desta data, aprovados em terceira discussão, de vez que não sofreram emenda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Tércio Albuquerque.

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá de Belém em diversos municípios do Estado, com participação inquestionável de certos órgãos estaduais. Rejeitado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – (Pela Ordem)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. **(É procedida a verificação de votação).**

12 Srs. Deputados rejeitam; 2 Srs. Deputados aprovam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 14, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 297/84, 352/84 a 362/84, e dos Projetos de Resolução nºs 211/84.

2ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 313/84, 318/84, 371/84 a 374/84 e 376/84.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 375/84.
Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 569/84

designar JOÃO ALBERTO ESPINOLA FERREIRA, funcionário contratado como Datilógrafo, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel, de acordo com a Resolução nº 71/80, a partir de 21 de novembro de 1984. (Protoc. 11220).

PORTARIA Nº 570/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula nº 320, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 11129).

PORTARIA Nº 571/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário ACIR TEIXEIRA, matrícula nº 108, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 11165).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/11/84.

conceder a ANTÔNIO ARLINDO PEREIRA NETO, funcionário da Polícia Militar do Estado do Paraná, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1984, a partir de 22 de novembro de 1984.

(Protoc. 11168).

Gabinete da Diretoria Geral, em 24/11/84.

PORTARIA Nº 573/84

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, em favor de HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula n.º 200, ocupante

do cargo de Oficial Legislativo, Classe C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos da Lei n.º 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n.º 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de cinco (05) anos, quatro (04) meses e dezessete (17) dias, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n.º 3807, de 26 de agosto de 1960.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de novembro de 1984.

(a) ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS

Diretor Geral